Da imprensa

AUTOCRÍTICA

Vania Leal Cintra, socióloga

O V Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, que ocorreu na primeira semana de outubro, tendo por tema "Segurança e Defesa Nacional", e foi organizado pela Escola do Estado-Maior do Exército (ECEME), como parte das comemorações de seu centenário, teve seu momento culminante na salva de palmas que recebeu, de todo um auditório de pé, o Coronel Amerino Raposo Filho.

Pelo que foi e pelo que é, por sua luta em manter o Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres) "na vertical, como a nossa Bandeira", como ele mesmo define, as palmas foram o menos do que merecia de todos nós. Particularmente, interpretei-as como uma homenagem não exatamente à sua figura, mas a tudo o que ele representa, ou seja, ao Brasil de ontem, de hoje e de sempre.

O Encontro surpreendeu já de início, na bela conferência de abertura, a que deveria ter sido realizada, em sendo a de um Encontro de dimensão nacional, pelo ministro da Defesa... mas não foi. Essa ausência não foi um mero detalhe – foi uma marca, um fato que nas conferências posteriores mais se definiria.

Os que participaram do Encontro em diferentes auditórios quase sempre lotados puderam verificar que não se achavam em um evento qualquer destinado a prestigiar o governo, muito menos as suas autoridades; ou numa festividade qualquer voltada a discutir nomes ou teorias de algibeira consagrados entre os estudiosos.

A presença do Estado brasileiro crescia à medida que as conferências se sucediam. Sim, a presença daquele Estado brasileiro que muitas vezes vemos omisso, e não nos cansamos de denunciar que vem minguando mais e mais a cada noite em que colocamos a cabeça em nossos travesseiros como justos, para poder enfrentar mais um dia de massacre e humilhação e assumindo o risco de que ele desapareça por nossa única e exclusiva culpa e responsabilidade, de todos nós, uma vez que ele somos nós e ninguém mais.

Para quem quis (e soube) aproveitar, o V ENEE foi uma grandiosa lição. De organização, de seriedade, de pertinência. Quem já participou de um evento desse naipe bem sabe que é impossível cobri-lo por inteiro, em virtude de que as conferências sobre vários temas se fazem em diferentes locais num mesmo horário. Talvez eu tenha tido o privilégio de estar presente aos seus melhores e mais significativos momentos, ao escolher os temas que mais me eram afins, ou talvez não. Quero crer que todas as palestras tenham atingido dimensão semelhante à das que assisti.

Nenhuma palavra estreita a respeito de compra e venda internacional, de arbitragens, de contratos de consumo ou de parcerias público-privadas ou, muito menos, qualquer ênfase no "determinismo da globalização". Apenas o Brasil, o de verdade, inteiro, nu e cru, cercado por um mundo de real ou potencial hostilidade.

Alguns momentos, porém, foram especialmente marcantes: os dedicados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por exemplo; ou os da palestra do General Augusto Heleno Ribeiro sobre o Comando da Minustah. Os que o ouviram (em palestra que não constava do programa distribuído com antecedência) puderam verificar que a presença brasileira no Haiti não se limitou a ornar o

governo Lula como um berloque perante as demais nações. A sociologia intuitiva que o General Heleno pôde demonstrar, ou aquela que a educação militar, se bem observada, é capaz de permitir a qualquer oficial bem formado, em certas passagens chegou a comover.

A demonstração de capacidade de bem fazer sob circunstâncias absolutamente adversas e a experiência obtida pela tropa brasileira são de valor incalculável. Elas são suficientes para mostrar que valeu a pena enfrentar o desafio de enviar tropas para países tão distantes do ponto de vista dos interesses nacionais imediatos. E coloca como questão de somenos importância a insistência em avaliar sua adequação tática nesses tempos bicudos que atravessamos.

Não faltou emoção ao Encontro nitidamente vocacionado a ser o da sociedade brasileira com o Estado brasileiro. O General Américo Salvador, a quem coube suceder ao General Heleno como expositor, também soube, com um toque de arte, bem colocar o quanto esta imensa América da qual somos parte expressiva é desconhecida do mundo e precisa ser descoberta e conquistada. Quem sabe se não espera por nós, desde que demonstremos discernimento e competência para tanto?

"Autocrítica" foi como intitulei este artigo.

Por quê? Porque os que estiveram presentes ao V ENEE puderam ouvir, ver e conferir que o Estado brasileiro sobrevive. Impávido colosso. Sobrevive, ainda, principalmente nos valores defendidos com suas unhas e seus dentes pelas Forças Armadas e por civis que, apesar do desprezo do Governo às questões de fato estratégicas, teimam em pensar no interesse do Estado e apenas nele.

A autocrítica se faz assim necessária porque não estamos tão sós nem tão soltos conforme podemos por vezes supor, e porque nos foi possível saber que este País possui uma inteligência de Estado capaz, aquela da qual os demais interesses desdenham, mas com isso apenas lhe fazem cócegas. Porque ela está acima de qualquer Governo e qualquer outra razão, insistindo, apesar de todas as adversidades que enfrenta, em zelar por todos nós. Parabenizar a ECEME seria quase atrevimento. Apenas lhe agradeço a oportunidade que tive, hoje em dia já tão rara, de mais uma vez e sobejamente me orgulhar dos brasileiros que são de fato brasileiros.

(Transcrito da *Tribuna da Imprensa* em 12.10.2005)

UMA QUESTÃO MUITO PROFUNDA

Washington Novaes, jornalista

Na semana em que se comemorou o Dia Mundial da Água e o Brasil apresentou no IV Fórum Mundial da Água, na Cidade do México, seu Plano Nacional de Recursos Hídricos, com as metas e os programas para gerir os 12% de águas superficiais do planeta que estão em território brasileiro, algumas questões vitais estiveram em discussão. Uma delas é a proposta de aumentar em oito membros a representação da sociedade e dos usuários no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, acabando com a atual maioria absoluta que o Governo federal detém nesse órgão e graças à qual conseguiu aprovar ali o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco (contrariando decisão do comitê de gestão da bacia), ora embargado pela Justiça. Discutiu-se muito também como o País fará para cumprir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ONU), que pretendem até 2015 reduzir em 50% o número de pessoas (1,1 bilhão no mundo) hoje sem acesso a água potável de boa qualidade e os 2,5 bilhões de pessoas sem saneamento básico.

No Brasil, são quase 10% da população que não dispõem de redes de água, quase 50% sem redes domiciliares de esgotos. E, dos esgotos coletados, menos de 20% são tratados – o

restante, despejado sem tratamento em rios e no mar, é uma das principais causas das doenças veiculadas pela água no País. Um problema enorme e ainda sem solução à vista, por falta de marco regulatório e de recursos (pelo menos R$ 180 bilhões).

Paralelamente, ganham corpo outras discussões importantes para o País sobre o chamado Aqüífero Guarani, esse gigantesco depósito de águas subterrâneas com mais de 40 mil km³ de reserva (mais de 40 trilhões de m³), que tem no subsolo brasileiro cerca de 840 mil dos seus 1,2 milhão de km², que se estendem até o Uruguai, a Argentina e o Paraguai. Em vários estados brasileiros (MT, MS, GO, MG, SP, PR, SC, RS), essas águas já são fonte importante para o abastecimento urbano e para a irrigação. No Estado de São Paulo, por exemplo, cerca de 400 cidades já são abastecidas pelo aqüífero – Ribeirão Preto, integralmente.

A discussão tem vários motivos. Os principais:

Um projeto de emenda constitucional (PEC 43/00) transfere o domínio das águas subterrâneas dos estados para a União – o que pode comprometer a participação da sociedade na gestão; alguns estudos começam a dizer que o aqüífero não é contínuo (e sim compartimentado em blocos) e que sua reserva de água seria bem menor que a apontada até agora.

O mais citado desses estudos é do geólogo gaúcho José Luiz Flores Machado, que, em sua tese de doutorado na Unisinos, afirma que, no Rio Grande do Sul, pelo menos em 50% do aqüífero, a água não serviria para abastecimento público, irrigação ou fins industriais, por conter sais e outros elementos (e eliminá-los custaria caro; poderia servir como água termal).

Segundo esse estudo, em território gaúcho o aqüífero se divide em quatro blocos e em cada um o sistema é diferente, até mesmo porque são vários lençóis de água, e não um único. Também não é um grande lago subterrâneo, e sim rocha arenosa que acumula há dezenas de milhares de anos água de chuva infiltrada muito lentamente – da mesma forma que é lenta a reposição da água retirada. Também diz o geólogo que essas águas subterrâneas não passam de um país para outro. E, a seu ver, as reservas não devem ultrapassar 60% do que tem sido calculado.

Outro pesquisador, Ernani F. Rosa Filho, da UFPR (um dos autores do livro *Aqüífero Guarani – a Verdadeira Integração dos Países do Mercosul*), também acredita que o volume de água acumulado no aqüífero pode ser menor, que boa parte dela é salobra e que a atual retirada para abastecimento e irrigação está sendo maior que a reposição.

É um tema importante para vários Estados. Este jornal mesmo, em editorial (4/5/2004, A3), lembrou que, só na cidade de São Paulo, 5.500 poços dependem do aqüífero, que abastece também centenas de cidades no estado (47% dos municípios, segundo o Professor Ricardo Hirata, do Instituto de Geociências da USP). Mas só 1.800 poços são licenciados na cidade de São Paulo.

O Professor Hirata concorda que não se trata de um aqüífero único totalmente interligado: "Em alguns setores é contínuo, em outros não – como no Paraná, por exemplo." Mas ainda não se tem idéia precisa da compartimentação. Em São Paulo, diz ele, o aqüífero, que tem 155.800 km², mais de metade do Estado, é mais contínuo do que no Paraná e no Rio Grande do Sul ou que na Argentina.

Acha ele também que o ainda escasso conhecimento sobre o aqüífero gera problemas. Um deles está em que as dimensões gigantescas levam muita gente a pensar que não há motivos para preocupação, com uma reserva tão ampla, evidenciada por poços de alta vazão como em São Paulo e no Uruguai. Mas "não se sabe o que pode acontecer a prazo maior, não se sabe qual o nível de exploração sustentável".

Há um projeto que se desenvolve no âmbito do Banco Mundial, com participação da ONU

e do Mercosul, que pretende ampliar o conhecimento, indicar formas de resolver conflitos, propor tecnologias e recursos para a exploração. Mas está ainda no começo. Também há uma proposta de convenção entre estados e países para proteção e gestão cooperativa do Aqüífero Guarani, em que um dos proponentes é a Faculdade de Direito da UFRS. Até que esses conhecimentos e projetos evoluam – o que não é fácil, dadas a complexidade do tema e as dificuldades operacionais – é prudente que os gestores aprimorem o monitoramento do uso (licenciamento, controle de poluição), para evitar que um potencial tão amplo se possa transformar em problema.

(Transcrito de *O Estado de S. Paulo* em 07.04.2006)

ENTREVISTA COM MICHELLE BACHELET, PRESIDENTE DO CHILE

Para a presidente do Chile, país precisa de mais investimentos sociais para corrigir desigualdade. Prosperidade tem de chegar aos mais pobres, diz Bachelet.

Raul Juste Lores, enviado especial a Santiago do Chile

Filha de uma antropóloga e de um general fiel ao presidente deposto Salvador Allende, que foi torturado e morto sob a ditadura do General Augusto Pinochet, a nova presidente do Chile, Michelle Bachelet, 54, promete melhorar o modelo chileno, para que a riqueza chegue a todos. Desde o fim da ditadura, há 16 anos, a coalizão de centro-esquerda Concertación está no poder. Sucesso de crescimento econômico – 6% ao ano na última década –, a pobreza foi reduzida pela metade, mas a distribuição de renda ainda é muito ruim. É o país mais desigual da América Latina, junto a Brasil e México.

A novidade não terminou com a eleição da primeira mulher presidente do Chile. Ela nomeou um ministério com o mesmo número de homens e mulheres. No que era o país mais conservador da América Latina, onde o divórcio ficou proibido até 2004 e filmes eram censurados, a presidente não foi batizada, é agnóstica e nunca se casou no religioso. Entre seus ministros há sete ateus e três judeus – os católicos, surpreendentemente, são minoria.

Bachelet teve dois filhos com seu primeiro marido, com quem se casou na antiga Alemanha Oriental, onde ficou exilada. De volta ao Chile, namorou por dois anos o porta-voz de um grupo guerrilheiro. Já na última década, teve sua terceira filha com um médico, colega dela na Comissão Nacional de Aids. "Sou mãe solteira", costuma dizer.

Leia trechos da entrevista que a presidente do Chile deu à *Folha* em seu gabinete, no Palácio de la Moneda.

Folha – Em qualquer fórum internacional, os três países considerados modelos de estabilidade e crescimento econômico na América Latina são Brasil, Chile e México. Justamente os três com a pior distribuição de renda na região. O que se fez de errado?
Bachelet – Não me atrevo a falar de Brasil e México, pois não conheço os casos tão profundamente. No Chile, o que aconteceu é que o crescimento econômico nos anos 80, que continuou nos anos 90, aconteceu junto com uma concentração de poder político e econômico muito forte. Tratamos de reduzir isso, por meio de políticas sociais. Mas a desigualdade social é ainda muito forte no Chile. Os 20% mais ricos ainda são 14 vezes mais ricos que os 20% mais pobres. Mas, quando você mede os efeitos das políticas sociais e dos subsídios para a saúde, habitação, educação, a diferença diminui muito.

Não há coesão social de graça. O povo tem que se sentir parte de um projeto. As pessoas mais vulneráveis têm que sentir que sua situação melhora também. Quero dar muita força às políticas sociais. Os benefícios do cres-

cimento econômico, a prosperidade precisam chegar aos mais pobres.

Folha – Como fazer com que o crescimento econômico chegue para valer aos mais pobres?
Bachelet – Quero promover mais emprego digno e decente, não emprego precário. Lancei um pacote de 36 medidas para os cem primeiros dias do governo. São medidas de economia, emprego, meio ambiente, políticas sociais, competitividade, que vão da criação de um fundo estatal para mandar professores de inglês para estudar um semestre no exterior a trazer mais professores de língua inglesa para docência no Chile. Um programa que vai dar bolsas aos mil formandos com as melhores notas das universidades chilenas para que façam doutorado nas melhores universidades do mundo. Criaremos o programa de Serviço Cidadão, que juntará jovens de diferentes classes sociais em trabalhos comunitários, como alternativa ao serviço militar obrigatório.

Folha – Como melhorar a vida dos que ainda não ganharam com o crescimento do Chile?
Bachelet – Vou criar um fundo para ajudar empreendimentos ou capacitação profissional de todo o maior de 40 anos que tenha perdido o emprego. Também quero que nossas etnias, nossos povos originais, tenham programas de apoio, que se sintam muito mais incluídos no crescimento econômico do país. Que as mulheres não sejam discriminadas. Para mesma função, o mesmo salário. Reajustaremos as pensões mais baixas do país, beneficiando um milhão de pensionistas.

Folha – Mas a Previdência chilena precisa de reformas urgentes. O que a senhora pretende fazer?
Bachelet – O mundo inteiro está discutindo a Previdência Social. Queremos um modelo que seja sustentável a longo prazo. Só sei que quero garantir pensões dignas para chilenos e chilenas que estão em um mercado de trabalho muito diferente de quando se formulou esse sistema. Temos uma enorme quantidade de trabalhadores autônomos, que não estão inscritos no sistema, ou que não têm renda permanente. O sistema previdenciário não dá conta deles. Isso nos obriga a ter um grande pilar solidário.

Folha – De onde vai sair o dinheiro para esses programas sociais?
Bachelet – Nós acreditamos que, com o crescimento econômico que temos, com os preços altos do cobre, com a luta contra a sonegação, teremos recursos suficientes para avançar nesse plano de igualdade. O que não está contemplado aí é a reforma previdenciária. Porque não dá para contemplar sem saber ainda qual a profundidade da reforma, quanto vai custar depois dela. Vou manter os 19% do IVA (o ICMS chileno). Os candidatos sempre dizem que vão diminuir os impostos. Eu não disse essa mentira.

Folha – A senhora falou várias vezes em aumentar os gastos sociais, quase um palavrão para muitos que defendem o modelo chileno. E o estado de bem-estar social europeu está em crise. É possível crescimento com o aumento de gastos?
Bachelet – Historicamente, o mundo da economia neoliberal mais ortodoxa diz que você tem que fazer uma troca ou uma concessão. Ou há crescimento, ou há eqüidade. Eu estou convencida de que o crescimento tem que acontecer com mais eqüidade. Fizemos muitos avanços nos últimos anos, especialmente no governo Lagos. Se continuarmos a crescer, daremos passos muito importantes. Somos uma democracia, não só por escolher seus representantes, mas por dar mais oportunidades a seus filhos e filhas.

Folha – Como são as comissões de especialistas que a senhora formou para colaborar no governo?
Bachelet – Convidamos especialistas em todas es-

sas áreas. Temos que estar de acordo sobre o que queremos como país. Da reforma da Previdência à reforma eleitoral, quero saber o que pensam e o que propõem os mais diferentes setores. O Parlamento fará seu papel, discutirá tudo o que tem que discutir. Mas não quero projetos que fiquem dez anos parados. Quero apresentar projetos que já tenham uma análise de consenso. No Chile temos uma experiência. Quando conseguimos construir grandes acordos nacionais, diante de grandes temas, damos certo. Quando não somos capazes de nos colocar de acordo, a história nos demonstra que não fomos nada bem.

Folha – E a decisão de colocar o mesmo número de ministros e ministras?
Bachelet – Eu escolhi um ministério paritário. O tema do gênero é indispensável. Quando fui ministra da Defesa, preocupei-me com a situação das mulheres, que não estavam à altura dos homens. E conseguimos muitos avanços. No próximo ano, pela primeira vez na história do Chile, entrarão mulheres na Escola Naval. Fui a primeira mulher o ocupar a pasta da Saúde no país, mas ninguém deu muita importância. Mas, quando fui ministra da Defesa, isso chamou a atenção, como se as mulheres tivessem ultrapassado uma barreira importante.

Folha – Como o Chile pretende continuar crescendo?
Bachelet – Temos que continuar a fazer tudo o que já fazemos bem, mas introduzir coisas novas. Inovação, ciência, tecnologia; descobrir quais são os nichos de oportunidade para nós. Somos um país pequeno, ao contrário da potência que é o Brasil. Portanto precisamos de trabalhadores bem qualificados e capacitados, bem pagos. O que sempre tratamos de ser é extraordinariamente responsáveis. Que haja disciplina fiscal muito importante, superávit estrutural, é uma regra que vamos manter. Um sistema tributário mais adequado, mais racional.

Folha – O Chile está com problemas com a Argentina por causa do fornecimento de gás. A falta de energia pode ser um obstáculo para o crescimento do país?
Bachelet – Nós estamos desenvolvendo uma política energética "multi". Multifontes, multipaíses... Procuramos as fontes mais baratas possíveis e menos poluentes. Vamos continuar a usar gás natural, mas diversificando nossas fontes fornecedoras. Queremos avançar em fontes renováveis de energia, eólica, solar, geotérmica. Foi um dos assuntos de que tratei com o presidente Lula. Sei da experiência do Brasil com o álcool; temos muita vontade de cooperação nessa área. Espero que consigamos fazer um anel energético na região. A reserva global de energia na América Latina é suficiente, mas, como cada país tenta resolver o problema sozinho, encontra dificuldades.

Folha – A senhora permitiria o acesso ao mar da Bolívia em troca de fornecimento de gás natural, que lá existe de sobra?
Bachelet – A Bolívia tem acesso ao mar, por conta de alguns tratados, depois do conflito bélico. É a soberania que é questionada. Mas nós podemos continuar a trabalhar com muita força em melhorar a qualidade desse acesso. O que nós falamos para a Bolívia é que estamos abertos a uma agenda sem exclusões. Uma agenda de futuro. Nós gostaríamos de reatar as relações diplomáticas, mas sem condições. E aí termos um mecanismo para conversar sobre todos os assuntos de interesse bilateral.

Folha – A senhora falou de reparação das vítimas da violência política. O que falta para reparar o legado da ditadura?
Bachelet – Vamos reparar as vítimas dos dois lados, demos passos importantes. Houve reparação econômica para muitas famílias, reparação moral, monumentos pelo país. A memória histórica não pode desaparecer. Não com

afã revanchista; não é o espírito do presidente Lagos nem o meu. O povo tem que tirar lições do que fizemos de errado no passado. E que nunca mais se passe por cima da democracia.

Folha – E o sistema eleitoral, criado por Pinochet?
Bachelet – Temos democracia, escolhemos nossos representantes. Mas nosso sistema não é perfeito; precisamos de um sistema proporcional. Quero eliminar as exclusões. Partidos políticos representativos que têm força na sociedade não conseguem ter uma cadeira no Parlamento. As mulheres têm poucas possibilidades, temos escassa representação. Só 4% dos senadores – dois – e 11% dos deputados. Quero mecanismos para garantir mais espaço. Necessitamos quorum muito alto para fazer essas mudanças. Vamos procurar o apoio de setores da direita, que estejam convencidos de que este país merece um sistema mais proporcional.

Folha – Sempre se fala em "aproximar" o Chile do Brasil e do Mercosul. O Chile é distante? O que falta fazer para efetivar essa aproximação?
Bachelet – Reconheço e estou certa de que uma relação profunda entre Chile e Brasil é uma garantia para a estabilidade regional e para que nossas vozes sejam escutadas no contexto mundial. Por isso estaremos em todos os níveis de integração regional, com a Argentina, com o México, com os demais países. Tenho uma proximidade especial com o Brasil, aos 15 anos estudei no Centro de Estudos Brasileiros em Santiago, sabia músicas brasileiras de cor.

Folha – Como foi seu encontro com o presidente Lula?
Bachelet – Falei ao presidente Lula da minha plena vontade de continuar a desenvolver mais intensamente uma série de pontos – comerciais, culturais, educacionais, serviços... Além de termos uma perspectiva comum de como estamos olhando o comércio multilateral. Apoiamos fortemente a iniciativa do G20.

Folha – O Chile era o país mais conservador da América Latina. Até há pouco, o divórcio era proibido, filmes e livros eram censurados. Sua eleição foi tida como um sinal de liberação. Ainda falta muito para o país não ser considerado retrógrado?
Bachelet – Não podemos ter um país que queira ser moderno no mundo da economia e continuar a ser extremamente pouco moderno em outras áreas. O Chile se modernizou em seu conjunto. Há mais conscientização de seus direitos. Que seja uma boa pátria, ou, como as feministas diriam, uma "mátria". Quero que a diversidade seja considerada algo enriquecedor. E que não haja exclusões.

(Transcrito de *Folha de S. Paulo* em 24.04.2006)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Coleção General Benício

Estudo histórico sobre a guerra antiga

J. B. Magalhães

Síntese da arte da guerra no período clássico (Grécia e Roma)
na visão de grandes historiadores,
como Xenofontes, Políbio, Vegécio e Sun Tzu.